



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

CÉLIA MARIA FEITOSA DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEVERINA ALMEIDA**

Souza - PB

2014

CÉLIA MARIA FEITOSA DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEVERINA ALMEIDA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Janine Vicente Dias

Souza - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447p Almeida, Célia Maria Feitosa de  
O papel do professor na educação inclusiva na Escola estadual de Ensino Fundamental Severina Almeida [manuscrito] / Célia Maria Feitosa de Almeida. - 2014.  
33 p.

Digitado.  
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Janine Vicente Dias, Departamento de Educação".

1. Educação Inclusiva. 2. Inclusão Social. 3. Prática Docente. I. Título.

21. ed. CDD 370.115

CÉLIA MARIA FEITOSA DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA  
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEVERINA ALMEIDA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização  
Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas  
Interdisciplinares da Universidade Estadual da  
Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público  
do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Especialista.

**Data de aprovação 19/06/2014**

*Janine Vicente Dias*

---

Prof.<sup>a</sup>. Janine Vicente Dias  
Orientadora

*Ariane Kércia Benício de Sá Barreto*

---

Prof. Ariane Kércia Benício de Sá Barreto  
Examinadora

*Ana Alice Rodrigues Sobreira*

---

Prof.<sup>a</sup>. Ana Alice Rodrigues Sobreira  
Examinadora

Aos meus familiares e amigos

A vocês que entenderam minhas faltas, que souberam aceitar minhas ausências e se mantiveram ao meu lado quando mais precisava, incentivando – me a prosseguir na caminhada. Quero dedicar de coração esta conquista e agradecer – lhes a confiança em minha vitória.

**DEDICO**

## **AGRADECIMENTOS**

- ✓ A Deus que me dá luz para fortificar minha fé, força para enfrentar os obstáculos da vida e coragem e sabedoria para seguir em estudos;
- ✓ Aos mestres, que com toda dedicação me passaram conhecimentos, sabedoria, experiências, e críticas, quando necessário;
- ✓ Aos amigos, pelo brilho da amizade, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho;
- ✓ A todos que contribuíram para realização deste trabalho,

Meu muito obrigada.

## RESUMO

A busca pela inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais dentro das escolas de ensino regular tem implicações na prática pedagógica. Uma delas é a falta de preparo dos professores, que não sabem como atuar e acabam esforçando-se demasiadamente nas atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. A pesquisa surgiu do interesse em verificar o papel do professor na educação inclusiva e como eles reagem quando recebem alunos com necessidades especiais em suas salas de aula, uma vez que o tema inclusão ainda é um grande desafio para a maioria dos professores, pois os mesmos não possuem formação em Educação Especial. A discussão atual acerca da questão dos direitos humanos, vem provocando mudanças na Educação. Em 1948, estabeleceu-se na Declaração dos Direitos Humanos que “Todo ser humano tem direito à Educação”. Assim, as instituições de ensino vêm adequando-se para incluírem todos os indivíduos, especificamente, proporcionando inclusão de deficientes nas escolas regulares, visando uma educação sem discriminação e sem preconceitos. Neste cenário, o psicólogo aparece como um importante profissional para facilitar as relações entre professores e alunos.

**Palavras – chave:** educação, inclusão, prática docente.

## **ABSTRACT**

The search for the inclusion of children, youth and adults with special needs within mainstream schools has implications for teaching practice. One is the lack of preparation of teachers, who do not know how to act and end up struggling too in activities inside and outside the classroom. The research grew out of an interest in verifying the teacher's role in inclusive education and how they react when they accept students with special needs in their classrooms, since the inclusion issue is still a big challenge for most teachers, as they have no training in Special Education. The current discussion about the issue of human rights, has led to changes in education. In 1948, it was established in the Declaration of Human Rights that "Everyone has the right to education." Thus, educational institutions are adapting to include all individuals, specifically, providing inclusion of disabled people in mainstream schools, seeking an education without discrimination or prejudice. In this scenario, the psychologist appears as an important professional to facilitate relationships between teachers and students.

**Words - Tags:** education, inclusion, teaching practice.



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 10 |
| CAPÍTULO I .....  | 12 |
| 1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL .....  | 12 |
| CAPÍTULO II .....   | 18 |
| 2 A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO .....  | 18 |
| CAPÍTULO III .....  | 24 |
| O TRABALHO DO PROFESSOR NA SALA DE ATENDIMENTO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE<br>ENSINO FUNDAMENTAL SEVERINA ALMEIDA..... | 24 |
| CAPÍTULO IV .....   | 28 |
| 4 METODOLOGIA.....  | 28 |
| 4.1 Estudo de Caso .....  | 28 |
| 4.2 Campo de atuação e sujeitos da pesquisa .....   | 28 |
| 4.3 Resultados e Discussão .....  | 28 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 29 |
| REFERÊNCIAS.....  | 31 |

## INTRODUÇÃO

A discussão atual acerca da questão dos direitos humanos, regidos pela Declaração dos Direitos Humanos, vem provocando mudanças nas estruturas organizacionais da sociedade. Uma das áreas que, notoriamente, vem sendo lugar de grandes modificações é o da Educação. Em 1948, estabeleceu-se na Declaração dos Direitos Humanos que “Todo ser humano tem direito à Educação”. Assim, as instituições de ensino vêm se adequando para abarcarem a todos os indivíduos, garantindo espaço à diversidade. Fala-se, mais especificamente, do atual processo de inclusão de deficientes nas escolas regulares, que rege sobre uma educação sem discriminação e sem preconceitos (REVELLI, 2012, p.115).

O objeto de estudo desta pesquisa surgiu do interesse em verificar o papel do professor na educação inclusiva e como eles reagem quando recebem alunos com necessidades educativas especiais em suas salas de aula, uma vez que o tema inclusão ainda é um grande desafio para a maioria dos professores, pois não há formação em Educação Especial. Para tanto, perceber o ensino do ponto de vista do professor é também compreendê-lo por quem se faz sujeito da história. Este trabalho monográfico tem como objetivo investigar a real situação em que se encontram os docentes na atuação com alunos com necessidades educativas especiais.

Historicamente, a formação de educadores para o atendimento educacional especializado esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/71, surgem habilitações em nível superior, nas diferentes áreas da Educação Especial. Essa oferta de cursos sempre esteve concentrada na região sudeste do país e o currículo focalizava os procedimentos especiais de ensino e a prática pedagógica geralmente realizada em Escolas Especiais (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, N. 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Assim, com a LDB 9394/96, em seu capítulo V está definido que a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência. A partir de então, passou-se a ter a necessidade de capacitar os professores, principalmente os professores da rede pública, pela responsabilidade que têm em relação ao trabalho desenvolvido com a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar, e esta capacitação teria que abordar questões voltadas tanto para o melhor convívio e entendimento com estes alunos com necessidades educativas especiais quanto aos seus processos de aprendizagem e necessidades adaptativas.

Contudo, o que se percebe é que para que essa mudança ocorra, torna-se necessário ir muito além de simples capacitações e especializações de caráter informativo para os professores lidar com essa população.

Para tanto este trabalho está organizado da seguinte maneira no capítulo I será abordada a questão da caracterização dos serviços de educação especial, no capítulo II será apresentada a questão da atuação do professor e as dificuldades no processo de inclusão, no capítulo III será relatada a o trabalho do professor na sala de Atendimento especial na Escola Estadual de Ensino Fundamental Severina Almeida, no capítulo IV traz a metodologia do trabalho, onde foram apresentados os resultados da pesquisa com análise dos dados, depois serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

## CAPÍTULO I

### 1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo será relatada a forma como se caracterizam os serviços de educação especial no Brasil. Serão apresentados também alguns recortes das leis que norteiam a educação especial, as modalidades que elas contemplam e como os sistemas educacionais estão trabalhando com a ideia de inclusão.

De acordo com Mantoan:

[...] todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular [...], a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (2003, p. 19) .

Aqui no Brasil, os princípios comuns que guiam a educação especial tem suas base nos valores democráticos que direcionam a ação educativa e visam à cidadania em seu pleno funcionamento. Estes princípios fundamentam-se em teorias e práticas referidas a cada tipo de deficiência. No entanto, deve-se salientar que há alguns momentos específicos para os alunos com deficiência. São eles:

- ✓ Normalização: deve – se oferecer às pessoas com necessidades educativas especiais as mesmas oportunidades a que fazem jus as pessoas ditas normais;
- ✓ Individualização: pressupõe adequar o atendimento educacional às necessidades de cada aluno, com respeito às suas diferenças individuais;
- ✓ Integração: processo que implica em ações interativas, exercidas com reciprocidade entre duas ou mais pessoas ou instituições;
- ✓ Construção do Real: entendido com resultado da conciliação entre o que é possível e o que é necessário ser feito;
- ✓ Legitimidade: Entendido como participação das pessoas com deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades ou de representantes legais, na elaboração e formulação de políticas públicas, planos e programas, apontando soluções (BRASIL, 1994, p.10).

Apesar dessas especificidades, os direitos dos alunos com necessidades educativas especiais são assegurados pela lei e principalmente pela Constituição Federal de 1988, que é a legislação maior e que deve ser seguida por todos.

Além da Constituição, verifica-se também que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) institui em seu Plano Decenal da Educação (BRASIL, 1994) tratamento por igual para esses alunos na faixa etária dos 7 aos 14 anos e a também sem nos esquecer da

LDB (Lei de diretrizes e Bases – 9394/96) que congrega em vários aspectos o tratamento a esses pessoas com algum tipo de deficiência.

A educação especial em nosso país, teve no início de sua história o compartilhamento nas áreas governamentais e não-governamentais. Notando o pouco movimento que os governos tinham para com esses cidadãos especiais na área educacional, à comunidade em geral, familiares, amigos e alguns profissionais se organizaram e montaram instituições que prestavam estes tipos de serviços. Difunde-se a partir dessa iniciativa, as mais diferentes organizações, para os mais diversos tipos de deficiência dentro do país (MAZZOTA, 2005).

No Brasil, todo processo está ligado a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão integrante do Ministério da Educação. A este órgão compete a coordenação e elaboração das atividades direcionadas a inclusão, dando o suporte necessário para sua implantação. Entretanto, a operacionalização deve estar acoplada as entidades federais, estaduais, municipais e particulares.

Foi no ano de 1981 (Ano Internacional das pessoas portadoras de Deficiência), que começou a ter maior conscientização por parte da população e surge então às associações, com o intuito de assegurar os direitos desses alunos, onde muitas entidades não governamentais teve uma grande importância na questão da educação de alunos com necessidades educativas especiais, e essas entidades estão a serviço dessas pessoas, trabalhando em prol de uma melhoria no sistema de ensino baseados em sua legislação, e procurando caminhos para a melhor aceitação da sociedade para com eles. Uma vez que a construção de uma escola inclusiva é um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não saber e efetivar, na prática, os princípios que fundamentam uma escola inclusiva.

Estudos e pesquisas nesta área apontam que a proposta para uma educação inclusiva teve uma evolução nos últimos vinte anos, isso devido aos reflexos das discussões da sociedade internacional que tem como meta maior à humanização da sociedade, tornando-a mais igualitária e menos preconceituosa, buscando uma Escola para Todos.

Contudo, precisamos conhecer a real dificuldade enfrentada pelos professores que recebem esses alunos e quais as alternativas geradas por eles para adquirir a metodologia e a aprendizagem necessária para desenvolver seu aluno.

A luta pela inclusão se dá na escola, no clube, na turma de amigos, nos grupos religiosos, no mercado de trabalho, enfim em todos setores da sociedade.

A sociedade na qual vivemos, tem por diretriz a superação e o homem tem, a todo o momento, que apresentar-se perfeitamente capaz de superar todos os obstáculos durante sua

trajetória de vida, seja ela no âmbito particular ou no profissional. O profissional hoje tem que ser multifuncional, competente, arrojado, competitivo, entre outros atributos que façam com que seja visto como diferente.

É de inclusão que se vive á vida. É assim que os homens aprendem, em comunhão. O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece e isso não seria diferente com os portadores de necessidades educacionais especiais (FREIRE, 1996 p. 38)

De acordo com Parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE / CEB) nº 02/01, os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram (BRASIL, 1994, p.31):

- a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares compreendidas em dois grupos: aquelas vinculadas á uma causa orgânica específica e aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências;
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo com a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- c) altas habilidades / superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos deve receber desafios suplementares.

A chamada Educação Inclusiva iniciou nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975 e, atualmente, se encontra na sua terceira década de implementação. No Brasil, a Câmara dos deputados, aprovou em primeiro turno no dia 03 de setembro de 2004, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Com 418 votos favoráveis, 11 abstenções e nenhum contrário. Quando a norma entrar em vigor, O Brasil passará a ser o 21º país a adotar a Convenção, elaborada pela Organização das Nações Unidas/ONU (BRASIL, 1994, p.31).

Dentro da escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças com necessidades educativas especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a inclusão da criança portadora de deficiência na comunidade. (MRECH, 2006).

Na visão defendida por Mantoan (2003) a questão da diferença, a igualdade deve deixar de ser uma norma. Não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas iguais direitos, apesar das diferenças. Deve-se lutar pela heterogeneidade, pela diversidade, pela riqueza que

o diferente nos traz, não há nada de novo a aprender com o igual, mas a convivência com o diferente sem dúvida é valiosa.

A Escola Inclusiva também parte do princípio que a parceria dos pais é essencial no processo de inclusão da criança na escola. Crêem também, que todas as alterações na instituição devem ser discutidas entre pais, professores, alunos e equipe técnica.

Assim Mrech:

O princípio da normalização diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Nesse caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum. O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (2006; p. 28)

A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Com ela emergem vários questionamentos sobre o que fazer e como fazer. Em meio a isso, o professor, é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispôs de formação para tal (MANTOAN 2003).

Por conta disso, aprender a trabalhar com a inclusão é um desafio para os docentes e para a Escola de modo geral, que necessitam criar meios para aprender a trabalhar com essa nova perspectiva. Assim, o professor, cuja função é ensinar, passa a ter também a necessidade de aprender para poder saber resolver os desafios que vão surgindo no dia a dia da sala de aula.

Aprender é adquirir conhecimentos, construir saberes que são ferramentas para desenvolver seu trabalho. O professor vai aprendendo a ensinar enfrentando cotidianamente diversas situações que lhe possibilitam construir tais ferramentas (TARDIF, 2002).

O sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado que é o educador com especialização para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades.

Em todos os segmentos profissionais, a formação é um processo diário e para toda a vida. Na docência, este quadro não é diferente, o professor tem que focar a aprendizagem permanente, estruturar seus saberes e consolidar sua trajetória. Porque ela é permanente, se faz de diversas formas, e é adquirida em lugares distintos.

Segundo Tardif (2002), essa concepção de formação que o professor traz remete à aquisição dos saberes a qual apresenta fontes de aquisição relacionadas à história de vida, à família, à escola, às instituições formadoras, aos materiais didáticos e à prática.

São de responsabilidade do professor os materiais, conteúdos e avaliação que serão utilizados com esses alunos. Faz-se interessante que tudo esteja próximo também do que se usa na educação regular. Quando não puder contar com alguns materiais que precisa, poderá se confeccionar algo parecido com alguns materiais recicláveis ou sucatas que podem ser conseguidos junto à comunidade.

Destarte, a aprendizagem da docência, bem como a construção dos saberes para trabalhar com aluno incluído pode se dar de diferentes formas. No entanto, alguns fatores se destacam na aprendizagem do professor em relação ao aluno incluído: a experiência de trabalho com tais alunos; o tempo, importante fator na evolução da forma de ensinar; e a relação que estabelecemos com outros colegas, como parte de um processo interativo e dinâmico (DAL FORNO E OLIVEIRA, 2004).

Mesmo em meio às lutas dos governos municipais e estaduais em apresentar uma educação especial de qualidade aos alunos com necessidades especiais, na questão do acesso a todos, os números ficam a desejar, e concentra – se mais em pólos desenvolvidos, ou nas capitais.

Para que esses alunos se integrem com os demais é preciso que haja além de muita compreensão, ações interativas entre os professores, a instituição e os próprios colegas de classe. Entretanto, para que essas ações ocorram de modo efetivo, é necessário que os interesses e objetivos sejam de comum acordo a todos e que os alunos com necessidades educativas especiais estejam inseridos dentro da programação da escola, como uma rotina.

Assim, alguns autores apresentam a inclusão em algumas formas tais como:

Temporal: Tempo de convivência com alunos ditos normais;

Instrucional: aprendizagem juntos dos alunos em salas comuns, com a professora do ensino comum, embora estes tenham que receber apoio especializado;

Social: Comporta os diversos níveis, com relação à integração social (gestos, comunicação física e verbal, contato físicos, entre outros) (BRASIL, 1994, p. 31).



Embora, sabemos que nosso sistema educacional sofre entraves por conta de alguns problemas, que estão bem visíveis e são do conhecimento do poder público. Dentre estes, podemos destacar:

- ✓ Preconceitos em relação ao aluno especial;
- ✓ Falta de infra – estrutura;
- ✓ Professores despreparados para trabalhar com alunos especiais;
- ✓ Falta de material e equipamento pedagógico (BRASIL, 1994, p.31)

Em meio a estes problemas todos, podemos destacar um em especial, que é a questão ligada ao professor, que não deveria ser somente um mero transmissor de conhecimento. Ele tem um papel social fundamental, na questão da formação dos futuros cidadãos e dependendo de onde esteja atuando, a situação exige uma responsabilidade não somente com relação aos conteúdos, mas também de orientação familiar, função essa que muitas vezes ele não foi e nem está preparados. Com os professores que atendem aos alunos com necessidades especiais são oferecidos cursos de aprimoramento ou formação continuada, porém além dos problemas rotineiros, esses aperfeiçoamentos oferecidos constantemente não alcançam os resultados almejados.

Pesquisas e estudos apontam que, para que esse atendimento fosse o mais correto possível, seria necessária nas unidades escolares uma equipe multidisciplinar, que contasse com médico, fonoaudiólogas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais, entre outros serviços. No entanto, as literaturas mais recentes mostram que essa equipe não existe, o que leva a educação a fazer parcerias, para que as necessidades desses alunos sejam parcialmente supridas.

Destarte, é necessário que haja urgentemente uma reformulação no processo da educação especial. Mas, pelo atual quadro que estamos presenciando esta situação, essa reformulação ainda está meio distante da nossa realidade podemos comprovar isso pela consciência política de quem a comanda, pela sua filosofia e dinâmica por estas pessoas apresentadas. Em contrapartida, existem leis em defesa desses alunos e profissionais com o intuito de fazer uma educação diferenciada, onde todos tenham acesso digno, sem que haja uma separação entre o atendimento educacional normal e o especializado.

## **CAPÍTULO II**

### **2 A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Um grande equívoco vem sendo cometido quando se fala em inclusão, pois muitos acreditam que incluir está ligado somente as pessoas com deficiência. No entanto, pessoas como negros, pobres, nordestinos, mulheres e idosos são minorias que são constantemente excluídas em algum setor da sociedade e não têm o direito a exercer sua cidadania com dignidade e respeito.

A luta é constante, pois sempre lutamos para nos incluir em algum grupo social seja na escola, num curso, na turma do clube, no time de futebol ou, até mesmo, nos grupos religiosos. E essa luta não para, pois à medida que evoluímos em nossa vida sempre estamos lutando para sermos incluídos em algum grupo que nos aceite independente da cor, da etnia, do gênero, da idade, da crença, da deficiência ou simplesmente pelo fato de ser pessoa. Temos assim que nos incluir no mundo, para que vivamos, nos socializemos e crescamos a partir dessa convivência.

O processo de inclusão é constante em nossa vida. Para Paulo Freire (1996, p.12), em seu célebre livro *Pedagogia da Autonomia* relata que os homens aprendem, em comunhão: “O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece” e essa aprendizagem não seria diferente com os alunos com necessidades educativas especiais.

Vivemos dentro de uma sociedade que exige saber conviver para sobreviver, necessitamos cada vez mais nos esforçar para garantir a inclusão deles, desde os primeiros anos de idade, em todos os espaços sociais, e a escola não está à parte desse espaço.

É bem visível que sabemos que estamos dentro de um meio onde toda nossa vivência se adentra numa luta constante para que o processo de inclusão aconteça em todos os espaços da sociedade. Para isso faz-se necessário que as pessoas aprendam a ter respeito mútuo, tanto com relação a deficiência como com relação as ideologias e valores. No cenário educacional não poderia ser diferente. A escola deve trabalhar essas diferenças em sala de aula, no pátio, no refeitório, enfim, em cada parte de sua estrutura, pois o professor e todo o corpo escolar têm papel decisivo e de imensa responsabilidade nesse processo.

Para que haja essa inclusão, não basta que as escolas mudem sua parte física, para se adequarem à proposta de inclusão, mas que profissionais se sintam preparados para o processo de inclusão. É claro que estes são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É

preciso que os profissionais da educação estejam abertos para socializar-se e permitir-se interagir com todos os alunos, independente da sua deficiência. Para tanto esses profissionais são peças fundamentais nesse processo devido serem a mola propulsora que alavancará os recursos insubstituíveis para uma educação inclusiva de qualidade.

Esses profissionais terão que acreditar e se verem em processo de inclusão permanente para terem que criar e recriar oportunidades de convivência, provocar desafios de interação e aproximação, estabelecer contatos com os diversos e distintos saberes, planejando de forma flexível, mas objetiva, entendendo que a comunhão, a busca do semelhante e o reconhecimento de que ninguém detém um saber, favorecem a troca, a parceria e a segurança de uma inclusão com qualidade.

Assim, se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que trará sugestões de inclusão, menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

Pois, discussões sobre a educação inclusiva têm provocado questionamentos sobre a atuação do professor na construção de uma nova abordagem pedagógica que direcione o ensino às necessidades dos alunos (DUEK, 2006). São questionamentos inevitáveis ao processo de inclusão, no qual professor e aluno compartilham estranhamentos que podem (im)possibilitar as potencialidades de ambos os lados.

Gasparini et al. (2005) diz que "[...] na atualidade a função do professor excedeu a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado". Com essa afirmação, o autor quer mostrar que a atuação do professor vai além da sala de aula, com a finalidade de garantir articulações entre a escola e a comunidade. Com isso, além do ensinar, o professor deve participar da gestão e dos planejamentos escolares, além de ter uma dedicação mais ampla, estendida às famílias e à comunidade.

Todas essas discussões são fundamentais em ideias de autores como Dewey (1959) e Schön (1992), que tratam dos professores reflexivos, que são aqueles que trabalham dentro da pedagogia reflexiva, onde o professor sempre reflete sobre a sua prática, podendo contribuir para as atuais demandas, já que propõe a formação de profissionais ativos nas discussões curriculares e nas reformas educacionais. Para tanto, esses profissionais devem ser críticos e autônomos em relação às suas escolhas e decisões, propondo que a construção do conhecimento, a partir das experiências e vivências, seja articulada a uma boa fundamentação teórica para que sua prática tenha um caráter autônomo.

A prática do professor reflexivo tem uma enorme ligação ao modo tecnicista de educação. Giroux (1997) relata que essa concepção deve combater a todo pensamento conservador, legitimador de valores e atitudes necessários para a manutenção da sociedade dominante, ou seja, o confronto é contra qualquer forma de aprisionamento de profissionais e alunos em um pensamento técnico não emancipatório.

Desse modo, o professor reflexivo, no contexto da inclusão, deve a todo o momento refletir sobre a sua prática, buscando novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos (não)deficientes.

Estudos apontam que a prática docente está perpassada por condições precárias de trabalho que podem impedir o pensamento reflexivo. Conforme Gasparini et al. (2005), acredita-se que a escola não fornece meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas nos contextos educacionais.

Assim, os professores são forçados a buscar, por seus próprios meios, formas de requalificação que implicam no aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho (GASPARINI et al., 2005).

Segundo Gasparini et al. (2005), essa insuficiência no campo das políticas públicas têm gerado circunstâncias de trabalho sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar, gerando o desencantamento e o esgotamento de energia. Os professores alegam que a falta de preparo para a inclusão é uma das dificuldades mais enfrentadas nesse processo (GASPARINI et al., 2005; SMEHA e FERREIRA, 2008; DAL-FORNO e OLIVEIRA, 2005; NAUJORKS e BARASUOL, 2004; NAUJORKS, 2002).

Duek (2006) aponta que com esse despreparo:

As certezas, a maneira correta de proceder e as “receitas” vão cedendo lugar à incerteza, aos dilemas, às diferenças e à necessidade de soluções singulares. Nesse cenário, os professores se deparam com um impasse, cuja formação, provavelmente, não lhe deu condições de antever. Nesse contexto, o professor, confrontado com o seu “não saber”, terá que aprender a conviver com sentimentos conflitantes e paradoxais, ao mesmo tempo em que deverá estar aberto, disposto a rever suas ideias e modelos educativos tradicionais. (DUEK, 2006 p. 76)

Portanto, a falta de experiência, ligada à inexistência de uma formação inicial ou continuada que contemple a temática da inclusão escolar, contribui para os modos de resistência à permanência/entrada dos deficientes nas instituições escolares, principalmente por parte dos professores, cujos questionamentos e estranhamentos referem-se ao modo como devem proceder a fim de atender às demandas da educação inclusiva (DUEK, 2006).

Estudos e pesquisas realizados dentro do tema em questão apontam que a mesma em meio a tantas mudanças e evoluções, a maioria dos professores da educação inclusiva está perpassado pela precariedade da estrutura física da maior parte das instituições públicas, pelos baixos salários e pelo cansaço gerado pelo despreparo. E quando não existe formação e suporte para a atuação do professor, é inevitável que este sofra, angustie-se, desencante-se e perca suas forças frente a essas problemáticas.

É claro que não se pode considerar a inclusão de deficientes no contexto escolar como única causa dessas dificuldades, mas acredita-se que, atualmente, o sistema educacional não está devidamente preparado para recebê-los.

Seguindo esses pontos descobertos nesses estudos, entende-se que o modo como o professor irá lidar com as problemáticas advindas da inclusão dependerá do suporte institucional e acadêmico recebido, bem como dos recursos psicológicos que ele dispõe para lidar com dada situação (DUEK, 2006). Além disso, a maneira como o professor se relaciona com o fenômeno da deficiência, decorre do modo como a percebe.

Portanto, de acordo com Smeha e Ferreira (2008), faz-se necessária uma significativa reformulação nos cursos de licenciatura, visto que, certamente, os professores formados terão alunos deficientes em sua trajetória profissional. Além dessas reestruturações que visam à diminuição dos prejuízos do sofrimento psíquico vivido pelos professores, parece essencial que os investimentos ultrapassem a capacitação relacionada aos conhecimentos técnicos e permeie o campo da saúde mental no trabalho.

Desse modo, faz-se necessário um bom investimento na formação do professor, em sua formação continuada. A escola, ao se defrontar com os problemas da inclusão, precisa disponibilizar informações, acompanhamento, cursos, debates e outras atividades, para facilitar o bom andamento dos trabalhos do professor com seus alunos deficientes. Essa formação continuada de especialização deve priorizar o desenvolvimento de um profissional que respeite a diversidade e que saiba cuidar de seus alunos (não)deficientes. Nesse contexto, exige-se maior aproximação com os discentes, instigando o fortalecimento do papel do professor cuidador.

O papel do professor é se fazer especializado em aprendizagem e dominar aquilo que é visto como necessário para que o comum da aprendizagem aconteça na rotina da escola para todos, com respeito às diferenças individuais.

O professor, portanto, não deverá transferir toda a responsabilidade do processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, para as mãos dos médicos, psicólogos e terapeutas, mas realizar um trabalho em parceria com estes profissionais. Para que essa

formação e especialização do professor aconteça é necessário primeiro que ele queira atuar com um olhar diferente na sala de aula, como alguém capaz de encontrar-se com outros, de estar junto, de acolher e conviver de forma harmoniosa e fraterna.

O papel do professor deve ser o de agente facilitador, e não desmotivador, na situação do ensino / aprendizagem. Se o professor interagir com o aluno da mesma forma que ele age com outras pessoas – com respeito, amabilidade e, sobretudo com segurança, o processo de ensino e aprendizagem terá grande possibilidade de se efetivar. O que observamos, normalmente, é que quando o aluno apresenta alguma dificuldade para aprender, lhe é atribuída a culpa a alguma causa interna e se diz que ele não está motivado ou que apresenta algum problema mental ou físico que não lhe permite aprender. Se a esse aluno é possibilitada uma melhor interação com o meio, é possível que ele se valorize mais e sinta-se como uma pessoa participante da vida em comum a todos.

Trabalhar junto com o aluno “diferente” é estar também neste mundo incerto, movediço, refazendo-se e reconstruindo o desafio da dificuldade como motor para a construção de novos sentidos e realidades desse ensino que é tão especial.

Esta pode ser a aventura da diferença e para que esse trabalho obtenha sucesso, o meio familiar é de fundamental importância na inserção do aluno com necessidades especiais. Seguindo os pressupostos de Naujorks e Barasuol (2004, p.20), o lugar do professor exige desse docente uma grande responsabilidade e atenção constante, levando a envolver-se mais, criando vínculos que podem ser afetivos ou apenas de obrigação.

Nesse sentido, os professores devem considerar a importância de se avaliar a influência do contexto familiar no processo de escolarização e cuidado dos deficientes (MARTINEZ et al 2005).

Martinez et al. diz que:

[...] a família tem muito a contribuir na inserção dessas pessoas nas escolas, pois é ela quem cuida e, além disso, é fonte importante de informações a respeito das possibilidades de seus familiares. Desse modo, entende-se que a família pode cooperar para o enfrentamento das dificuldades dos professores. (2005 p. 66)

Para tanto, vale ressaltar que a atuação de uma equipe multi-profissional de diversas áreas como da psicologia, serviço social, pedagogia entre outros, podem contribuir significativamente nos processos referentes à capacitação, dificuldades relativas à inclusão, função do cuidar e mediações entre família e escola. Processos estes não acabados, mas em

constante movimento, exigindo que a equipe de profissionais envolvidos na educação esteja a todo o momento refletindo sobre sua prática e buscando, nos estranhamentos, a possibilidade inventar, do criar, do ser professor e do ser aluno. Essa questão será abordada no capítulo a seguir.

### **CAPÍTULO III**

#### **O TRABALHO DO PROFESSOR NA SALA DE ATENDIMENTO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEVERINA ALMEIDA**

O professor que trabalha na sala de Atendimento educacional Especializado (AEE) exerce um papel de fundamental importância dentro da unidade escolar. De acordo com a Resolução de nº 436/2012, no Artigo 9º, o AEE tem a função de “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Desse modo, o professor do AEE tem a grande missão de buscar desenvolver no aluno com necessidades educativas especiais estímulos indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento afetivo, cognitivo e social por meio dos recursos didáticos pedagógicos, tecnológicos e educativos contribuindo para a independência e autonomia do educando, visando minimizar os obstáculos que o impedem de aprender.

As salas de AEE vêm a ser um complemento e/ou suplemento a formação do aluno com necessidades educativas especiais, visando sua autonomia na escola e fora dela requer cada vez mais do professor um compromisso de caráter cuidadoso que acolha a todos sem discriminação. Cabe também ao professor da sala de AEE fazer a ponte necessária entre os professores das salas comuns, os quais tem a função de atribuir ao educando o ensino das áreas do conhecimento.

Por meio desse exposto, faz-se necessário um olhar mais que especial sobre o estudo de caso do educando. Pois, somente a partir do mesmo é que o professor do AEE irá conhecer a história de vida, escolar, social e afetiva do aluno para poder se deter em um plano de atendimento para o público citado. Vale ressaltar que o esse olhar mais que especial sobre o aluno exige do professor uma prática de investigador porque é nele que vai estar focado todas as questões de ordem psicológica, neurológica, afetiva, motoras, de evolução conceitual, de atenção de concentração, entre outras.

Partindo da visão apresentada, o processo de ensino-aprendizagem deve, também, ser entendido a partir de uma perspectiva sócio-interacionista, que define o conhecimento como uma construção de todo o elenco envolvido no processo: gestores, professores e alunos.

De acordo com Beyer (2006, p. 73):



A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado.

Com os resultados do estudo de vida do aluno e de posse de todas as informações o professor do AEE encontra-se munido de informações que irão nortear o plano de atendimento do AEE que irá contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento do EPAEE de forma satisfatória.

É também papel do professor produzir os materiais didáticos e pedagógicos que se adequem a necessidade de cada aluno tendo como objetivo unir as atividades do AEE com as da sala de aula regular. Gomes, (2010, p34) sugere que o trabalho do professor de Atendimento Educacional especializado deve se constituir baseado em três funções principais: gestão dos processos de aprendizagem, avaliação e acompanhamento.

Dentro da EEEF Severina Almeida, uma escola da rede estadual que fica localidade de Pilões a uma distância de 9 km do município de São João do Rio do Peixe- PB, sua unidade mantedora é o governo do estado da Paraíba, através da Secretária da Educação e Cultura, seus recursos provem do PDDE, PNAE ficando sob a responsabilidade da 9ª Regional de Ensino.

A referida unidade de ensino foi criada por meio do decreto lei nº 8.964 de 13/03/1981 e autorizada para funcionamento pela resolução 187/82 com o padrão A-1; com o nome Escola Estadual de 1º Grau de Pilões. Foi no ano de 2002, através do decreto lei nº 22.920 passou para a denominação atual, uma homenagem póstuma a primeira professora Severina Almeida, A comunidade escolar atende ao corpo discentes local, vindo de famílias que compõem a comunidade, em sua maioria as famílias vivem da pesca e do plantio de pequenas vazantes.

No tocante ao atendimento ao aluno com necessidades a sala de AEE da referida escola foi criada no ano de 2011, funcionando nos períodos manhã e tarde, atendendo os pré requisitos nacionais, funcionando no contra turno das aulas regulares, a professora atuante possui o Curso Normal Superior, com curso de formação em Atendimento Educacional Especializado, a sala atende a um total de 09 alunos que necessitam de uma atenção toda especial, sendo assim divididos: 01 com deficiência física, 01 com surdez, 01 com deficiência

visual, 02 com deficiência múltipla e 04 com transtorno desintegrativo da infância, a sala possui mobiliário específico, com a professora atendendo de fora individual e também coletiva, num período de trinta minutos, é importante ressaltar ainda que as sextas de cada semana, a professora realiza encontro com a professora do ensino regular com os pais dessas crianças.

A sala de AEE da EEEF Severina Almeida realiza seu trabalho de uma forma de forma ampla à inclusão dos estudantes com necessidades é um atendimento paralelo a sala de aula de ensino regular. A sala constitui um espaço para haja o enriquecimento da aprendizagem no aspecto educacional e pedagógico, de modo a valorizar as potencialidades do aluno com necessidades educativas especiais em suas formas de ação e interação no cenário escolar. Seguindo as normas estabelecidas pelo MEC, que diz:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC, 2006).

Com a criação da sala de AEE na escola, o processo educacional só ganhou, pois a parceria entre professor da sala regular e o docente responsável pelo atendimento educacional especializado (AEE). Pois a professora que atua na sala, passou por cursos de formação sobre como trabalhar nas salas de recurso que são ambientes adaptados para receber estudantes com uma ou mais deficiência educativa especial, isso durante o contraturno.

Para que o trabalho em conjunto tenha sucesso, se faz necessário firmar uma boa parceria com o profissional do AEE e o professor do ensino regular através de um bom planejamento conjunto, sendo discriminadas quais as atividades serão executadas e o tempo estimado. A partir deste momento, e ao longo de todo o ano letivo, o contato entre os educadores deve ser permanente.

O professor da ala de AEE e a escola trabalha o conceito de deficiência intelectual com bases teóricas, mas diferencia cada nível a partir do exercício do trabalho mediante as realidades práticas, procurando sempre zelar também para que não haja discriminação e nem a implantação de rótulos, agindo de modo capaz de perceber os primeiros sinais de que alguma coisa diferente há na aprendizagem do aluno.

Em linhas gerais, a EEEF Severina Almeida, faz um trabalho inclusivo simples, seguindo todos os pressupostos teóricos nacionais, uma vez que a professora da sala, está ainda passando por cursos de aperfeiçoamento e formação continuada, necessitando de um curso de especialização na sobre educação inclusiva, para melhor desempenhar seu trabalho.

Para a efetivação do trabalho inclusivo, a escola necessita da presença de um psicólogo, uma vez que esse profissional ajuda na solução de alguns problemas e dificuldades escolares. Assim, de acordo com Bruno (2003, p.122): “Os professores devem estar empenhados na interação, acolhimento e escuta de seus alunos, interessados em compreender suas necessidades e desejos, sendo sensíveis às suas diversas formas de expressão e comunicação”.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 METODOLOGIA**

#### **4.1 Estudo de Caso**

Este trabalho monográfico teve como metodologia o Estudo de Caso, por apresentar um procedimento bastante objetivo que auxiliou na coleta de dados e também por ser o mais adequado quando se tem apenas um objeto de pesquisa selecionado. Compreende-se por estudo de caso: “uma prática simples, que oferece a possibilidade de redução de custos, apresentando como limitação a impossibilidade de generalização de seus dados.” (GIL apud MATOS, 2001.)

O estudo de caso vem a possibilitar uma maior facilidade operacional, e isso faz com que essa modalidade de pesquisa seja uma das mais utilizadas pelos investigadores, pois com um único objeto de pesquisa é possível obter grandes quantidades de informações. “Diferencia-se dos estudos quantitativos porque estes últimos buscam obter informações padronizadas sobre muitos casos.”( ROESE apud MATOS, 2001).Destarte, entende-se que a escolha pelo Estudo de Caso foi a melhor possível, tendo em vista que garante as informações necessárias, a partir de uma amostragem reduzida, economizando custo e tempo proporcionando uma análise profunda do tema.

O referido trabalho monográfico foi elaborado mediante a constatação de que a maioria dos professores não possui formação e/ou habilidades para tratarem de forma adequada com alunos portadores de necessidades especiais. Para essa elaboração foram utilizadas algumas referências bibliográficas, tais como: livros, revistas e endereços eletrônicos.

#### **4.2 Campo de atuação e sujeitos da pesquisa**

Alunos e professores da na EEEF Severina Almeida.

#### **4.3 Resultados e Discussão**

Neste estudo, focou-se na educação inclusiva, assim como nas dificuldades geradas neste processo. Também, pretendeu-se discutir acerca da atuação do psicólogo frente aos problemas da educação inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade formada por grupos de indivíduos, de classes, cultura, nações. Por consequência, com necessidades distintas, mas que aprendem a conviver com as diferenças impostas pelo meio em que vivem, portanto a convivência da classe dita “normal” e da classe dos portadores de NEE, a partir do conhecimento da dificuldade e ou necessidade de cada um, gera aprendizagem para todos os integrantes.

Este trabalho monográfico buscou discutir as dificuldades do processo da educação inclusiva, fazer um levantamento das dificuldades vividas por professores do ensino fundamental e possibilitar reflexões sobre a atuação do professor e psicólogo neste contexto. A partir da revisão de literatura, foi possível refletir sobre os problemas da inclusão e sobre a atuação do psicólogo enquanto um profissional que deve cuidar para a efetivação do direito de todos à educação e à vida.

Dessa forma, vemos que uma postura aberta à mudança, por parte dos professores e da Escola, é fundamental dentro de uma perspectiva inclusiva. Postura essa que mostra a urgência da mudança do pensamento que prego que somente os educadores especiais podem trabalhar com alunos com necessidades especiais.

O caminho da Escola inclusiva ainda possui vários obstáculos, mas com a união de todos os envolvidos no processo, a captação da melhor estratégia para cada escola que busca a inclusão, a dificuldade poderá ser minimizada e o conceito de educação e aprendizagem unificado em todas as instituições de ensino sejam elas, inclusivas ou especiais e na sociedade.

Dessa forma, a formação continuada vem minimizar a ausência de conhecimentos relacionados à inclusão, colaborando para aprendizagem do educador, complementando e auxiliando seu desenvolvimento profissional e suprimindo deficiências da formação inicial com relação as diferenças dos alunos e a presença destes em classe regulares.

Assim, ao final deste trabalho, constatou-se que o professor deve estar empenhado na busca por melhorias que possibilitem o avanço das condições de trabalho às quais o professor está acometido. Além disso, professores e psicólogos mostram-se parceiros fundamentais para que os direitos humanos de todos sejam garantidos e efetivados.

De acordo com o material lido e trabalhado, faz-se necessário uma atuação profissional e políticas públicas que privilegiem a efetivação dos direitos previstos nas legislações. Acredita-se que as reflexões realizadas possibilitaram considerar as atuais

políticas inclusivas como incipientes, sendo indispensáveis mais discussões no campo das políticas públicas e dos direitos humanos. Só assim seriam possíveis melhorias no suporte para a atuação do professor frente ao contexto da educação inclusiva. veio à convicção de que a escola e a sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que sempre reforçará os pontos fortes do indivíduo, reconhecendo suas dificuldades e adaptando-se as peculiaridades do alunado.

Dentro do espaço escolar, onde as limitações são únicas e ímpares, toda a infraestrutura deve ser adaptada ao coletivo, como por exemplo, rampa de acesso para cadeirantes, material em Braille para deficientes visuais, Libras para deficientes auditivos, entre outros. O ambiente deve ser acolhedor e com total respeito ao indivíduo, sempre respeitando o limite do outro e também reconhecendo no outro o que ele tem de melhor para fazer e transmitir. Formar um aluno dentro da escola é justamente destacar suas diferenças e não padronizá-lo, é ensiná-los o máximo que possam aproveitar.

Para tanto é importante relatar que o êxito do processo de aprendizagem e de inclusão depende da formação continuada do professor, dos grupos de estudos com os profissionais especializados, possibilitando uma ação prática, da reflexão e do constante redimensionamento do fazer pedagógico e tomar consciência que para um sistema eficiente de educação inclusiva, portanto, que deveria se adotar um conceito de educação inclusiva que tenha como objetivo a necessidade de garantir também o acesso ao conhecimento e não apenas a socialização. Pois em nossa realidade, a decisão por uma política inclusiva radical como única opção para os alunos com necessidades educacionais especiais, pode contribuir para a exclusão social futura maior ainda que a atual.

## REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. R; BEYER, H. O (Orgs.). *Inclusão e escolarização: mutiplas perspectivas.* Porto Alegre: Mediação, 2006.p.73-81.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Consultoria Jurídica. Consolidação da legislação cultural brasileira: legislação e normas.** Brasília, 1994.
- Brasil. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2006.
- BRUNO, M. M. G. **Saberes e práticas da inclusão na educação infantil.** In: MEC/SEESP, Brasília, 2003.
- CRIPPA, R. B. G. O papel do psicólogo na óptica de professores de crianças incluídas no ensino regular: um estudo exploratório. Tese de Mestrado, 2008. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 09 de julho de 2013.
- CRUZ. T. P. et al. **Educação inclusiva: articulações entre teoria e prática em uma escola estadual de Catalão-GO.** Trabalho de Conclusão de Disciplina. Catalão-GO: Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Curso de Psicologia, Disciplina de Investigação e Métodos em Psicologia: Processos Psicossociais. 2011.
- CRUZ. T. P. Infância, educação inclusiva e o papel do psicólogo na Associação Pestalozzi de Catalão-GO. Anais Online do X CONPE – Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. 2011. Disponível em <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/135.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2013.
- DAL-FORNO, J. P.; OLIVEIRA, V. F. Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão. *Revista Educação Especial.* 2005. Disponível em <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/02/a10.htm>. Acesso em 25 de julho de 2013 as 15 hs.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948
- DEWEY, J. **Como pensamos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- DUEK, V. P. **Docência e inclusão: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GASPARINI A. et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://filolite.com/extranet\\_filolite/content/arquivos\\_pdf/5c5aeaf8af26e7e59027f9b593146a7](http://filolite.com/extranet_filolite/content/arquivos_pdf/5c5aeaf8af26e7e59027f9b593146a7). Acesso em 08 de Junho de 2013.

GOMES, A. L. L. V. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 2. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.slideshare.net/clinger/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-569271>. Acesso em 02 de Agosto de 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINEZ, C. M. S. et al. Professores de crianças com necessidades educacionais especiais: o suporte informacional no cotidiano da escola que busca a inclusão. **Revista Educação Especial**, 11(1), 67-80, 2005.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Texto para Discussão, Brasília, n.1040, p. 3-18, set. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil adotará documento da ONU sobre pessoas com deficiência. DF: MEC 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Educar na Diversidade. DF: MEC 2008**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad\\_mais\\_educacao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf). Acesso em 10 de Agosto de 2013.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Styx/9231/educacaoinclusiva.html>>. Acesso em: 10 julho. 2013, as 18 hs..

MURTA, A. M. G. **Da atividade Prescrita ao real da atividade**: análise da atividade docente em uma escola regular, sob a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica e da Clínica da Atividade. Tese de Doutorado, 2008. Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br> . Acesso em 10 de Agosto de 2013, as 21 hs.

NAUJORKS, M. I. **Stress e Inclusão**: indicadores de stress em professores frente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Cadernos de Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de educação Especial/ Laboratório de Pesquisa e Documentação (Lapedoc), v. 1, n. 20, 2002.



NAUJORKS, M. I.; BARASUOL, E. B. **Burnout docente no trabalho com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Revista Educação Especial, p.24, 97-104, 2004.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm). Acesso em 04 de Agosto de 2013.

QUEIROZ, A. **Deficiência, saúde pública e justiça social.** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, Dec. 2007 . Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104->. Acesso em 05 de Agosto de 2013.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. (\*) ... Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB 17/2001

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação.** Portugal: Dom Quixote, 1992. p. 77-92.

SMEHA, L. N.; Ferreira, I. V. Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, 31, 2008, p.37-48.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO, Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Brasília. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 04 de Junho de 2013.